

Igualdade na diferença: mulher, trabalho, cultura e política no Brasil

Mulher Brasileira é Assim.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. e VARGAS, Monica Muñoz (org.).

Brasília: Rosa dos Tempos/NIPAS-UNICEF, 1994.

Traçar um quadro sobre a situação da mulher em várias dimensões da vida social brasileira já é, em si, uma contribuição extremamente bem-vinda não só para o mundo acadêmico e para as mulheres, como para o público em geral. Fazê-lo com rigor analítico, agregando dados quantitativos sem perder de vista o horizonte da mudança social, é melhor ainda.

Este é o caso de *Mulher Brasileira é Assim*, coletânea de artigos organizada pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Social do Rio

de Janeiro - NIPAS, sob coordenação de Heleieth I. B. Saffioti e Monica Muñoz Vargas, e publicada pela Editora Rosa dos Tempos com apoio da UNICEF. Reunindo textos sobre Educação, Trabalho, Saúde, Violência, Identidade, Participação Política, Direitos e Legislação, o livro contempla um amplo espectro de questões a partir da perspectiva do gênero, e da riqueza da conotação social e relacional implícita nessa categoria de análise.

O artigo de Fúlvia Rosemberg sobre a educação de mulheres jovens e adultas descreve e analisa a participação das mulheres no quadro da educação formal no Brasil. A autora problematiza, cruzando e recuperando dados censitários, a aparente equalização das oportunidades educacionais para os sexos.

Assim, demonstra que, apesar da expansão das oportunidades educacionais para as mulheres, um processo de "guetização sexual" termina por determinar que elas, tanto ao nível dos cursos de 2º grau quanto do ensino superior, se dirijam para áreas de especialização e profissionalização menos valorizadas no mercado de trabalho.

Reafirma igualmente que, apesar dos altos níveis de escolaridade alcançados, a estrutura de empregos não se alterou significativamente e o nível salarial das mulheres continua inferior ao dos homens, quando relacionado à formação educacional. Revela ainda como esses efeitos da discriminação sexista são reiterados no campo das atividades de magistério, já que mesmo numa categoria profissional majoritariamente feminina os homens estão nos postos mais elevados e recebem salários melhores. Essas interpretações, à luz de histórias de vida e das injunções do mercado de trabalho, são sensíveis o suficiente para incorporar as características do processo de socialização das mulheres, e a capacidade que estas desenvolvem para conciliar sua vida afetiva e sua realização profissional.

Cristina Bruschini reflete sobre as tendências recentes da participação feminina no mercado de trabalho. Ressaltando a invisibilidade do trabalho feminino doméstico desde sempre, ela mostra como a crescente entrada da mulher no mercado nas últimas décadas é afetada por fatores relacionados à família e principalmente à guarda e educação dos filhos. Num ambiente social com insuficiência de equipamentos e serviços coletivos como as creches, a atividade econômica feminina flui e reflui de acordo com a presença ou não de filhos e depois com a faixa etária deles, variáveis que se combinam a outras, como o grau de formalização da economia, a faixa de renda, o nível de escolaridade e o estado conjugal das mulheres, para definir essa mobilidade.

Os guetos ocupacionais femininos persistem: das trabalhadoras menos instruídas no ramo de serviços, no campo ou nas indústrias têxteis e do vestuário; das de nível médio como secretárias ou vendedoras; e das de nível superior no magistério ou enfermagem. Mas as mulheres vêm abrindo novos espaços de trabalho, em outros ramos da indústria, no comércio, na administração pública, no setor social (ensino e saúde), avançando também no mercado informal da economia. Apesar dessas conquistas e de, nos anos 80, terem conseguido um ganho salarial relativo, as mulheres ainda sofrem com a desigualdade na remuneração do trabalho, e apresentam taxas menores de contribuição à

Previdência e de posse da carteira de trabalho não só no campo mas também na cidade, onde as empregadas domésticas são as mais carentes de direitos sociais.

A saúde reprodutiva da mulher é o tema de Maria Carranza, que recupera os antecedentes históricos dos chamados programas de atenção materno-infantil para introduzir a análise das políticas de planejamento familiar no Brasil. A autora levanta a incidência dos principais métodos anti-concepcionais utilizados nas várias regiões do país, identificando a predominância do recurso à esterilização feminina e/ou ao uso da pílula, em relação aos métodos mecânicos e reversíveis de controle da natalidade mais adotados nos países avançados.

Apresenta também um quadro estimativo de abortos realizados, destacando a desigualdade implícita na situação de ilegalidade vigente, para as mulheres de menor poder aquisitivo. O controle pré-natal, as condições de realização do parto e a mortalidade materna são igualmente avaliados em termos das distorções causadas pelas baixas condições sócio-econômicas e de escolarização das mulheres, assim como a "cultura da cesariana", que induz a um dos maiores índices de partos cesáreos do mundo. Afinal, são registrados os poucos dados disponíveis - em virtude, principalmente, da não notificação dos casos - sobre doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS, e informações sobre o câncer de colo de útero e de mama, causas muito frequentes de morte entre as mulheres brasileiras de todas as regiões.

Heleieth Saffioti trata da violência de gênero no Brasil contemporâneo. Após demarcar teoricamente as noções de violência e de gênero, ela vai retirar do único conjunto de dados sobre práticas violentas para o país como um todo (Participação Político-Social 1988 - Justiça e Vitimização, do IBGE) informações que comprovam a gravidade, o caráter doméstico, rotineiro e ordenador da violência contra a mulher.

Dados de recente pesquisa realizada pela Rede Globo e outros produzidos pela CPI da Violência contra a Mulher (janeiro de 1991 - agosto de 1992) - todos eles utilizados com cautela em virtude do desconhecimento dos métodos empregados para sua obtenção - reforçam o retrato da violência intra-familiar (agressões, estupro, ameaças), do silêncio envergonhado das vítimas, da impunidade. Mas destroem também alguns mitos sobre o homem violento: ele não vem das classes subalternas mas sim, predominantemente, das classes médias e altas, nem é mais frequentemente negro ou mestiço.

Finalmente a autora relata o trabalho realizado junto ao governo de Franco Montoro, em São Paulo, para criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), em 1983, e da primeira Delegacia de Polícia da Defesa da Mulher (DDM), em 1985, assim como a iniciativa de construção e funcionamento de abrigo para mulheres vítimas de violência e seus filhos - a Casa de Apoio Viva Maria - em Porto Alegre, nas gestões de Olívio Dutra e Tarso Genro. Essas experiências, apesar dos eventuais problemas, têm se reproduzido e servido para dar maior visibilidade à questão da violência contra a mulher brasileira.

O texto de Sueli Carneiro sobre identidade feminina funciona como um rápido e importante momento de inflexão, em relação à questão da diferenciação no interior do próprio universo feminino. Ela chama atenção para o fato de que o discurso sobre a opressão da mulher precisa dar conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negras, atingidas pela discriminação racial em relação às conquistas do movimento de mulheres e pela discriminação sexual no que se refere ao movimento negro. Prega, por isso mesmo, a construção de uma cidadania plena para as mulheres brasileiras, no bojo de um projeto de sociedade multicultural e plurirracial.

O artigo de Céli Regina Jardim Pinto discute a questão da participação política da mulher e de sua constituição como sujeito político pleno, a partir de proposições que, por um lado, contemplam o campo da representação das mulheres nas casas legislativas e suas contradições e, por outro, a participação fora desse âmbito estritamente "político" e a sua maior eficácia. Analisando os dados referentes à presença da mulher na Câmara dos Deputados nos últimos vinte anos e o teor das propostas das 26 congressistas da "Bancada Feminina" na Assembleia Constituinte de 88, Céli Regina demonstra como a pressão dos movimentos sociais e o expediente das Emendas Populares constituiram uma representação política das mulheres *a posteriori*, responsável por um escopo de temas mais amplo do que o conjunto de conquistas que a Constituição assegurou.

Também nesse sentido, a breve trajetória do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher -

CNDM - é recuperada para reforçar mais uma vez a importância de uma ação bem articulada e eficiente de participação política para além dos limites da representação.

Leila Linhares Barsted objetiva apresentar não só o *status* legal das mulheres brasileiras mas também questionar seus limites diante do desafio de articular "leis, práticas sociais, crise econômica, cultura excludente e cidadania". Reconhecendo que no Brasil, como em outros países, existe uma feminilização da pobreza e uma hierarquização da cidadania que se refletem dramaticamente no plano jurídico, na ordem legal e também nas "ordens paralelas" do direito costumeiro, ela se propõe a analisar apenas as normas jurídicas. Para tal, contextualiza historicamente como as relações de gênero foram tratadas no direito brasileiro desde as Ordenações Filipinas de 1603 e recupera o papel histórico dos movimentos de demandas das mulheres e o quadro de seus direitos nas Constituições, nas legislações civil, penal e trabalhista.

Conclui que, apesar das práticas discriminatórias, o processo do que chama de "cidadanização" das mulheres avança, e que o grande desafio, agora, é fazer com que os direitos das mulheres se efetivem socialmente, ultrapassando as distâncias entre princípios e práticas.

O posfácio de Heleieth Saffioti, uma das organizadoras do livro, mais do que "conceituar o gênero" - tarefa que o livro, em seu conjunto, cumpre com a maior competência - nos leva por um belo e rico percurso teórico que desagua na utopia modesta (?) de uma "sociedade com gênero, portanto com diferenciação entre homens e mulheres, mas sem hierarquias neste eixo de estruturação social".

Isso não se fará sem lutas, como nos dizem essa e as outras autoras militantes combativas de um movimento das mulheres que quer abrir e manter espaços positivos tanto para a "homogeneização" como para a "diferenciação", num mundo crescentemente globalizado. Mas pode ser feito, e a leitura deste livro faz com que se sinta que vale a pena ser mulher brasileira, assim.

ELINA PESSANHA ■